

# AÇÕES INSTITUCIONAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PREFEITURA DE SÃO PAULO: COMPARATIVO DE METODOLOGIAS

Caio Vilas Boas Costa<sup>1</sup>  
Wilson Fernandes Forti<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente trabalho apresenta uma comparação entre as metodologias utilizadas pelos Projetos “Varre Vila” e “Nossa Vila Limpa” oriundos de parcerias entre o poder público municipal de São Paulo, as empresas prestadoras de serviços de limpeza urbana e a sociedade civil organizada. O mesmo busca verificar em que medida ocorre a participação popular e o quanto esta característica é significativa para resultados obtidos por cada projeto. Para embasar esta análise são apresentados os conceitos de educação ambiental e participação para posteriormente discutir as informações coletadas sobre a metodologia e resultados de cada projeto com base na bibliografia levantada.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental. Participação Social. Metodologias Participativas. Projetos Sociais.

## ABSTRACT: INSTITUTIONAL ACTIONS OF ENVIRONMENTAL EDUCATION IN THE SÃO PAULO CITY: COMPARATIVE OF METHODOLOGIES

The present study presents a comparison between the methodologies used by the “Varre Vila” and “Nossa Vila Limpa” Projects, resulting from partnerships between the municipal public power of São Paulo, urban cleaning services companies and organized civil society. It also seeks to verify the extent to which popular participation occurs and how much this characteristic is significant for results obtained by each project. In order to base this analysis, the concepts of environmental education and participation are presented to later discuss the information collected on the methodology and results of each program based on the bibliography raised.

**Keywords:** Environmental education. Social Participation. Participatory Methodologies. Social projects.

---

1 Bacharel em Engenharia Ambiental e Sanitária pela Centro universitário Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). E-mail: caio.vilascosta@gmail.com

2 Centro Universitário Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), ESCOLA DE ARQUITETURA, ENGENHARIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. São Paulo, SP

## INTRODUÇÃO

A importância da participação popular na educação ambiental está inserida na própria definição dada a esta pela Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA, instituída pela Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, que apresenta em seu artigo primeiro a seguinte definição:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999)

Extraímos do trecho acima que para a PNEA os indivíduos e a coletividade possuem um papel ativo como construtores do conhecimento, valores e demais elementos necessários para que a educação ambiental seja eficaz em promover a conservação do meio. Castro e Canhedo Jr. (2014, p. 467), destacam que todos os indivíduos possuem experiências pregressas que contribuíram para a formação de suas personalidades e visão de mundo, habilitando-os como agentes transformadores da realidade. Assim, notamos que mesmo de forma discreta, o protagonismo da população no processo de educação ambiental se encontra presente, tal qual se apresenta na definição posta no principal diploma legal sobre o tema no país. Contudo, mais adiante este direcionamento é posto de forma extremamente clara, quando, no artigo quarto da política PNEA, a participação é posta como um dos princípios básicos da educação ambiental. Já no artigo quinto, inciso quarto, a participação dos indivíduos também é apresentada como um dos objetivos da educação ambiental, podendo ser visto a seguir:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade. (BRASIL, 1999).

Pelas razões acima expostas, entende-se que, em alguma medida, a participação SOCIAL deveria compor o escopo metodológico de qualquer trabalho de educação ambiental desenvolvido no território nacional. Contudo, quando nos deparamos com os diversos projetos de Educação Ambiental executados pela Prefeitura da Cidade de São Paulo, verificamos existência de duas tipologias de projetos. Na primeira, as ações a serem realizadas são predominantemente decididas de modo centralizado pelo órgão executor das mesmas, com pouca ou nenhuma participação de atores externos à instituição no processo decisório. Na segunda, por sua vez, existe maior espaço para a participação dos munícipes, sendo dada preferência para a tomada de decisões coletivas, a fim de apresentar propostas mais próximas as necessidades reais da população impactada. Esta proposta é caracterizada pelo uso de metodologias participativas. Esses dois modelos podem levar a resultados diferentes junto às comunidades atingidas, onde ambos possuem pontos positivos e negativos.

O presente trabalho possui caráter analítico exploratório, buscando compreender a natureza das metodologias utilizadas pelos projetos selecionados. As informações necessárias acerca das metodologias participativas de educação ambiental foram levantadas por meio de pesquisa bibliográfica em livros, artigos e outras publicações acadêmicas disponíveis nas bibliotecas do Complexo Universitário FMU, bibliotecas públicas e na internet. As informações sobre os projetos foram obtidas através de obtidas através dos sites e publicações oficiais dos mesmos, bem como através de vídeos institucionais, documentários e reportagens.

Para a composição deste trabalho, foram levantadas amostras de projetos de educação ambiental promovidos direta ou indiretamente, através de seus prestadores de serviço, pela Prefeitura de São Paulo. Foram levantados aproximadamente vinte e cinco projetos e projetos distribuídos entre diversas secretarias municipais.

Após este levantamento, foi selecionado o projeto “Varre Vila” em detrimento de outras indicações de forte participação popular em sua realização. O segundo projeto selecionado foi o “Nossa Vila Limpa”, pois apresentava o mesmo objetivo do primeiro: eliminar pontos viciados de descarte irregular de resíduos sólidos em comunidades da periferia do município. Tal semelhança foi entendida como aspecto desejável, para permitir a comparação entre os projetos. Os mesmos serão apresentados a seguir.

## I FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### I.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Dentre tantos eventos relevantes no cenário internacional referente ao meio ambiente, a que mais contribuiu para a história da educação ambiental foi a conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano organizada pela ONU em 1972, em Estocolmo na Suécia. A Conferência identificou a necessidade de promover profundas mudanças

no comportamento dos indivíduos para solução dos problemas ambientais discutidos. A mesma concluiu que tal mudança apenas poderia se dar através de um processo educacional. (DIAS, 2004, p. 79)

Contudo notou-se na época que o sistema educacional tradicional vigente, não seria capaz de promover o processo de mudança necessário dada suas características de rigidez e distanciamento da realidade. Assim seria necessário um desenvolvimento de um novo tipo de educação a qual foi atribuído o nome de educação ambiental. Assim após a conferência diversos encontros entre especialistas da área foram promovidos para lançar as bases dos fundamentos do que seria esta nova educação. (DIAS, 2004, p. 80)

Dentre estes eventos “O Encontro Internacional Sobre Educação Ambiental”, em Belgrado, na Iugoslávia, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO em 1975, foi o primeiro dedicado ao tema. Entretanto para autores como DIAS (2004, p. 81), foi somente na Conferência de Tbilisi, realizada em 1977 na Geórgia, ex-URSS, com a apresentação dos primeiros trabalhos desenvolvidos no tema que a educação ambiental se estabeleceu definitivamente como disciplina. (CASCINO, 1999, p. 38)

De posse dos conhecimentos gerados pelos grandes eventos internacionais, as instituições governamentais de educação deveriam introduzir a educação ambiental em seus territórios. Contudo, no Brasil, o contexto político da ditadura e as fortes pressões de interesses econômicos, que enxergavam a educação ambiental como revolucionária e subversiva, não permitiram sua introdução no sistema de ensino. O mesmo aconteceu em diversos países ao redor do mundo. Deste modo foram os órgãos ambientais e não os de ensino que promoveram a educação ambiental e seu desenvolvimento no mundo, especialmente no Brasil. (DIAS, 2004, p. 84).

No início as práticas de educação ambiental apresentavam uma visão romântica muito mais próxima da ecologia biológica e distante de questões sociais. Tal linha de pensamento vigorou durante as primeiras décadas da educação ambiental, mas progressivamente foram incorporados a ela elementos das ciências sociais e da pedagogia. Parte dos fundamentos da educação ambiental, em sua vertente mais crítica, estão relacionados com o pensamento pedagógico do Educador Paulo Freire, especialmente em seus livros “Pedagogia da Autonomia” (1997) e “Pedagogia da Indignação” (2000). Incorporando tais aspectos a educação ambiental, passou-se a questionar não apenas as relações do homem com o meio, mas também as opções políticas e os próprios modelos de educação escolar e extraescolar quando este se mostra fonte de problemas socioambientais. (REIGOTA, 1994, p. 14)

## I.2 PARTICIPAÇÃO

Nos últimos vinte anos houve sem dúvida uma ampliação expressiva do debate e da tomada de consciência quanto ação político-social. Os movimentos sociais influenciaram fortemente os rumos do país enfrentando, contudo, ainda forte resistência de grupos privi-

legiados e das ainda poderosas oligarquias que por décadas comandaram os rumos da política no país. (CASTRO E CANHEDO JR., 2014, p. 466)

É fato que hoje se pode afirmar que existem diversos canais de participação da sociedade nas decisões referentes ao seu próprio futuro. Um exemplo deste processo foi a criação dos Conselhos de Meio Ambiente, que funcionam como “fóruns que permitem a participação da sociedade civil organizada e o consequente exercício do controle social sobre as políticas públicas e de governo” (CASTRO E CANHEDO JR., 2014, p. 468)

O simples fato de existirem estes espaços e mesmo de pessoas que os ocupem, não significa que ocorre um processo realmente participativo, pois como ressaltam Castro e Canhedo Jr. (2014, p. 467):

Participar não significa apenas o quanto se toma parte, mas como se toma parte em uma intervenção consciente, crítica e reflexiva baseada nas decisões de cada um sobre situações que não só lhe dizem respeito como também dizem respeito à comunidade em que está inserido.

Observamos acima que nos processos participativos, as capacidades individuais devem estar voltadas ao serviço da coletividade, levando a população à conquista da autonomia e de atuação política ativa e decisória. Por esta razão participação deve transcender as estratégias de mera consulta a população, uma vez que para a efetiva participação está deve fazer parte do processo decisório. Segundo os autores, por meio deste processo a população torna-se capaz de exercer controle sobre autoridade constituída, inclusive, impedindo a legitimação de ações estatais impostas ou contrárias aos interesses da população e sua qualidade de vida. (CASTRO E CANHEDO JR., 2014, p. 467)

Um exemplo recente de processo participativo ocorrido no município de São Paulo foi a revisão do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da cidade de São Paulo – PGIRS (Decreto Municipal nº 54.911/2014). Em 2014 o referido plano passou por um amplo processo de revisão durante a IV Conferência Municipal de Meio Ambiente, culminando na reformulação do documento com a participação de mais de sete mil pessoas de todas as regiões do Município. (SÃO PAULO, 2014, p.4)

## 2 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

### 2.1 PROJETO VARE VILA

O projeto Varre Vila é um projeto de iniciativa popular, que surge na Comunidade Nossa Senhora Aparecida, localizada no bairro Vila Santa Inês, distrito de São Miguel Paulista (zona leste de São Paulo) em razão do acúmulo de resíduos nas ruas do bairro, que causava inúmeros transtornos à população. (TV CÂMARA SÃO PAULO, 2017)

Segundo o senhor Ionilton Gomes Aragão, idealizador do projeto, a primeira tentativa de solucionar o problema dos resíduos na comunidade ocorreu entre 2007 e 2008. Na ocasião o Sr. Ionilton foi procurado por duas moradoras do bairro para tratar do assunto. As mesmas haviam procurado a Prefeitura Regional de São Miguel Paulista - PRMP para solicitar a remoção dos resíduos das ruas do bairro, porém o servidor da prefeitura regional indicou que as mesmas procurassem o Sr. "Aragão" para tratar do assunto. O Sr. Ionilton esclarece que a época atuava com educador popular no projeto MOVA São Paulo, mas que não possuía nenhuma atuação junto a PRMP no que se refere aos resíduos sólidos, de modo que acredita que as moradoras tenham se confundido ao procura-lo. (TV CÂMARA SÃO PAULO, 2017)

As moradoras haviam se dirigido a Prefeitura Regional de São Miguel Paulista para reivindicar uma solução para os pontos viciados de descarte irregular de resíduos sólidos existentes na comunidade. O principal ponto de descarte de resíduos estava localizado em uma rotatória entre as Ruas Cinturão Verde, Pochetis, Santos Mendes e Padre Tomaz Joseph Shea, área próxima à residência do Sr. Ionilton. Nesta rotatória existiam caçambas instaladas pelas empresas prestadoras de serviço da Prefeitura para recepção de resíduos do bairro, contudo a capacidade das mesmas era insuficiente para receber o volume de descarte constante promovido pela população. Deste modo as mesmas transbordavam constantemente e os resíduos se amontoavam em torno das caçambas. Segundo relatos dos moradores, muitas vezes os resíduos ocupavam completamente a rotatória e partes da via, dificultando a circulação de veículos e pedestres. (TV CÂMARA SÃO PAULO, 2017)

Segundo o Sr. Ionilton, a demanda das moradoras, somado ao incomodo vivenciado pela convivência com o lixo próximo a sua residência, o levou a buscar uma solução para o problema. Assim, uma primeira tentativa de diálogo com os moradores foi promovida pelo mesmo. O educador informa que foram feitas atividades para concentração da população, contando inclusive com intervenções artísticas e teatralizações, dentre outros. Contudo devido à ausência de verbas a iniciativa foi encerrada ainda em 2008. (TV CÂMARA SÃO PAULO, 2017)

Insatisfeito com os resultados obtidos anteriormente o Sr. Ionilton retoma o projeto em 2011, quando em função da solicitação de um comerciante local, incomodado com o acúmulo de resíduos próximo a seu estabelecimento, as caçambas da rotatória foram removidas pela prefeitura. Contudo a simples remoção das caçambas não surtiu o efeito esperado e a população permanecia descartando seus resíduos sobre a rotatória. A partir de então o senhor Ionilton e outros voluntários passaram a realizar "plantões" na rotatória. Os mesmos chegavam ao local em torno das 4 horas da manhã, horário a partir do qual muitos moradores (saindo de casa para o trabalho) passavam pela rotatória e descartavam seus resíduos, os voluntários abordavam os moradores. Os mesmos informavam a população sobre o dia e horário da passagem do caminhão de coleta e solicitavam o apoio do morador para que o descarte dos resíduos ocorresse somente no dia e junto ao horário aproximado da passagem do caminhão. O Sr. Ionilton declara que todos os moradores



abordados concordaram com a iniciativa e passaram a apoiá-la. Segundo o mesmo, em 30 dias não havia mais acúmulo de resíduos no local. (TV CÂMARA SÃO PAULO, 2017)

O comerciante Wilton Ferreira Mendes, responsável pela solicitação da remoção das caçambas também atuou como voluntário do projeto. O mesmo revela que um dos elementos que sensibilizava os moradores era o fato de que os voluntários se ofereciam para guardar os resíduos dos moradores que traziam o lixo no horário incorreto em suas casas, para que o mesmo não permanecesse na rotatória. (VARRE VILA, 2016)

Neste ponto, notamos neste ponto a utilização (ainda que de forma não intencional) do conceito de corresponsabilidade. Tal qual estabelecido pelo artigo 225 da Constituição Federal de 1988 e reafirmado pelo artigo primeiro da PNEA, o meio ambiente é um “bem de uso comum”, e na mesma medida em que todos temos o direito de gozar dos benefícios de um meio ambiente equilibrado, temos todos também o dever de o preservar. Os voluntários do projeto não apenas assumiram a sua parcela de responsabilidade sobre o problema, como convidaram os demais moradores a fazer o mesmo. Neste momento os moradores abandonaram uma postura passiva diante do problema e passam a ser protagonistas das soluções. Além disso, tal como apontam Castro e Canhedo Jr., (2014, p. 469) “controlar a qualidade do meio ambiente para manter e melhorar a qualidade de vida da população não é apenas responsabilidade dos governos” e solicitar uma solução ao governo municipal havia sido por muito tempo a única atitude que os moradores haviam concebido para resolver a questão.

Devido ao sucesso da iniciativa, que era mantida apenas pelos moradores, os voluntários se dirigiram a PRMP para solicitar apoio para uma nova iniciativa. O Sr. Ionilton e os demais voluntários cogitaram solicitar aos moradores a “doação” de cinco minutos de seu dia para varrer a calçada da própria casa, buscando assim estabelecer uma nova marca para o projeto com uma participação contínua e de uma boa parcela da população, assim os voluntários denominam o então projeto de “Varre Vila”. (TV CÂMARA SÃO PAULO, 2017)

Os voluntários do projeto solicitaram, via ofício, o apoio da prefeitura para o lançamento do projeto. O grupo solicitou da mesma o fornecimento de vassouras, pás e sacos de lixo para realizar um mutirão de limpeza e o lançamento do projeto. Em resposta a prefeitura responde aos requerentes que não possui condições para fornecer os materiais, mas indica a possibilidade de abrir um diálogo entre os moradores e o Consórcio Soluções Ambientais – Soma, responsável pela prestação de serviços de varrição do chamado grupamento sudeste, que abrange as regiões sul e leste da cidade de São Paulo. (TV CÂMARA SÃO PAULO, 2017)

Desse modo para manter o cronograma do lançamento do projeto, através de doações dos locais, os voluntários realizam a compra dos materiais de limpeza. Ao longo de todo o projeto, a busca por parcerias com outras organizações da localidade foi incorporada ao *modus operandi* do mesmo. Podemos destacar que as parcerias são importantes não apenas para auxiliar na obtenção de recursos, mas também para fomentar a participação

de mais indivíduos e organizações no projeto, que até então era encabeçado por um grupo relativamente pequeno de moradores. (TV CÂMARA SÃO PAULO, 2017).

O lançamento do projeto ocorreu no dia 27 de maio de 2012. Deste modo, os voluntários iniciaram um diálogo com os moradores passando em todas as residências da Comunidade para solicitar o apoio ao projeto através da doação de cinco minutos do morador para a varrição da calçada da residência. Verificando o sucesso da iniciativa, moradores de outras ruas da comunidade procuram o Sr. Ionilton para implantar o projeto em outras áreas da comunidade que também enfrentavam problemas com pontos viciados. Desta maneira, o projeto que inicialmente visava eliminar um único ponto viciado iniciou um processo de revitalização de toda a Vila Santa Inês. (TV CÂMARA SÃO PAULO, 2017).

Em agosto de 2012 os participantes do projeto estabelecem contato com o Consórcio Soma. A empresa passou a apoiar o projeto e se comprometeu a enviar de um grupo de funcionários para atuar no projeto, contudo o idealizador do projeto, Sr. Ionilton, propõe que sejam contratados os próprios moradores da comunidade que já atuavam no projeto voluntariamente. A Soma aceita a proposta e contrata 6 moradores da comunidade como varredores. (TV CÂMARA SÃO PAULO, 2017).

Aqui é interessante notar, que o poder de decisão começa a ser dado à comunidade na pessoa do Sr. Ionilton, que respaldado pela mesma, consegue exercer controle sobre a autoridade constituída, uma vez que o Consórcio Soma executava nesta negociação o papel de operador do sistema de limpeza pública da prefeitura pela prefeitura de São Paulo, sua contratante. (CASTRO E CANHEDO JR., 2014, p. 467)

Ainda segundo o relato do Sr. Ionilton, a contratação dos moradores despertou a desconfiança da comunidade que imaginou que tal ação da prestadora de serviço da prefeitura possui-se um viés eleitoral, uma vez que em 2012 houve eleições municipais. Entretanto, passadas as eleições os moradores continuaram as atividades junto a empresa e hoje, segundo informações do site do projeto, há nove moradores trabalhando para a empresa em função do projeto. Desta maneira a contratação de moradores se tornou uma prática do projeto, replicada nas demais comunidades hoje atendidas. (TV CÂMARA SÃO PAULO, 2017).

Em 2013, o então Secretário Municipal de Serviços, Sr. Simão Pedro Chiovetti, realizou uma visita à comunidade Nossa Senhora Aparecida para conhecer o projeto. No mesmo ano, o Sr. Ionilton e os demais participantes do projeto foram convidados a implantar projeto similar em outra comunidade. O projeto intitulado de Varre Vila 2 foi levado a comunidade vizinha, a União de Vila Nova, localizada no bairro de mesmo nome, também no distrito de São Miguel Paulista. O Varre Vila 2 é considerado como a maior frente do projeto em andamento devido aos quase quarenta mil moradores da comunidade. (TV CÂMARA SÃO PAULO, 2017)

O Varre Vila 2 segue os moldes de seu predecessor e conta atualmente com vinte e um varredores, todos moradores do bairro, que além da atividade de varrição, orientam os moradores sobre o descarte correto dos resíduos. Além disso, através da parceria com a



Soma, sacos de lixo recicláveis para resíduos domésticos e entulho passaram a ser distribuídos para a população. Tal trabalho é feito por moradores voluntários que são responsáveis por distribuir o material em suas próprias ruas bimestralmente<sup>3</sup>.

Ainda no que se refere as atividades do projeto, no vídeo institucional do mesmo, postado em seu canal na rede social “YouTube”, é citado que na Comunidade Nossa Senhora Aparecida foram instaladas trezentas e cinquenta papeleiras (contentores de resíduos) pelas ruas do bairro. O projeto ainda promove o recolhimento dos chamados resíduos volumosos, por meio de uma caçamba disponibilizada mensalmente pela Soma. Segundo o plano de gestão integrada de resíduos sólidos PGIRS na cidade de São Paulo resíduos volumosos são constituídos por:

Materiais não removidos pela coleta rotineira de resíduos sólidos domiciliares, como móveis, colchões e eletrodomésticos fora de uso, grandes embalagens e peças de madeira, resíduos vegetais provenientes da manutenção de áreas verdes públicas ou privadas e outros. (SÃO PAULO, 2014. p. 156)

Esta ação oferece uma alternativa de destinação ambientalmente adequada aos moradores, evitando que os mesmos descartem estes resíduos irregularmente pelas ruas e córregos da comunidade. Já na comunidade União de Vila Nova, ao invés da disponibilização da caçamba, a fim de marcar o início do projeto um Ecoponto foi implantado para receber os resíduos volumosos. Os resíduos ali dispostos são recolhidos pelos vinte e um moradores contratados pela Soma como varredores do Varre Vila 2<sup>4</sup>.

Com relação a expansão do projeto, seu idealizador informa que em parceria com Soma e a EcoUrbis (concessionária responsável pela coleta dos resíduos domiciliares nas regiões leste e sul da cidade) o projeto atende comunidades de quatro bairros da Zona Leste, a saber:

- Vila Santa Inês (Varre Vila 1): desde 27 de maio de 2012;
- Vila Nova União (Varre Vila 2): desde 10 de maio de 2013;
- Itaim Paulista (Varre Vila 3): desde 20 de maio de 2015;
- Guaianazes (Varre Vila 4): desde 21 de maio de 2016.

O projeto inclusivo já transpôs as barreiras do município de São Paulo, atendendo a três comunidades em Maceió, Alagoas, em parceria com empresas locais, a Viva Ambiental. (TV CÂMARA SÃO PAULO, 2017)

O Sr. Ionilton acrescenta que o diálogo com as comunidades deve ser sempre pautado no respeito. É salutar esclarecer às novas comunidades que o projeto atua na área de resíduos e meio ambiente e que vem trazer melhorias para comunidade. A confiança dos moradores

---

3 <http://varrevila.com.br/sobre/atuacao/>

4 <http://varrevila.com.br/sobre/atuacao/>

é conquistada progressivamente. O idealizador também saliente que a articulação com entidades locais é essencial. O projeto busca realizar parcerias com instituições religiosas, associações de bairros, ONG's entre outros. A busca destas parcerias é essencial para obter a confiança e a participação da população. Participação esta que vai além da adesão aos horários de coleta e a varrição das calçadas. (TV CÂMARA SÃO PAULO, 2017)

Em especial a partir do Varre Vila 2 a participação da população na estruturação do projeto se tornou uma prática do projeto. Os moradores são consultados sobre as soluções que se desejam adotar para os problemas identificados. Para tanto, são promovidas reuniões com a população e entidades parceiras. Assim, as diferenças constatadas entre as diferentes frentes do projeto são por vezes fruto deste processo de consulta, de modo que o projeto não possui uma "receita" a ser seguida, embora haja princípios e pressupostos. Em cada localidade, através da participação das partes envolvidas, o que envolve também as empresas prestadoras de serviço e o poder público, são cunhadas as soluções adequadas aquela realidade e desejadas pela população. (TV CÂMARA SÃO PAULO, 2017)

O histórico do projeto até este ponto, demonstra que foi especialmente em virtude da expansão do mesmo que a participação se estabeleceu como uma diretriz metodológica. Ao sair de sua comunidade de origem, o Varre Vila passou pelo crivo da aceitação das novas comunidades e só obtém seu apoio em razão do processo de educação ambiental que auxilia os moradores a compreenderem a problemática dos resíduos gerados e da participação dos grupos da comunidade no processo decisório. Tal como propõe Castro e Canhedo Jr. (2014 p. 468), para ser efetiva, a participação deve transcender as estratégias de mera consulta à população e abrir espaço para essa nas tomadas de decisão. Ainda a este respeito, Reigota (1994, p. 14) afirma que a educação ambiental só se faz completa quando abre as possibilidades de reflexão, participação e mudança de comportamento.

As oportunidades de emprego fornecidas pelo projeto também têm se constituído como um fator de interesse e aceitação das comunidades pelo projeto. Os moradores das comunidades que recebem o projeto passam por um processo seletivo para escolha dos profissionais que vão atuar como varredores e varredoras. O indivíduo selecionado recebe uma formação que contempla, além dos procedimentos de varrição, elementos de educação ambiental para que o varredor seja também um agente multiplicador do projeto. (TV CÂMARA SÃO PAULO, 2017)

No que se eferente a metodologia do projeto, na entrevista ao Canal TV Câmara São Paulo (2017), o Sr. Ionilton esclarece que a base do projeto está no diálogo. Segundo o mesmo é necessário convencer o morador de que "é possível viver em uma comunidade organizada, sem sujeira, com iniciativa dos moradores". O idealizador da iniciativa aponta que os princípios de respeito e responsabilidade norteiam o projeto. A equipe do projeto busca refletir estes princípios em sua atuação. A fim servir de exemplo para a população, os participantes do projeto que atuam como varredores buscam prestar o serviço de limpeza com a maior qualidade possível, de forma a demonstrar para os moradores a seriedade do projeto incentivar seu comprometimento. O mesmo também informa que outra característica importante do projeto é tratar a limpeza urbana como direito de todos os moradores, sem

exceções, de modo que o projeto se dedica a atender todas as ruas e residências das comunidades atingidas. (TV CÂMARA SÃO PAULO, 2017)

Referente aos resultados do projeto, o Sr. Ionilton acrescenta que em todas as frentes do projeto existe uma grande adesão da população. Segundo o mesmo, é utópico acreditar que 100% dos moradores atingidos pelo projeto colaboram com a iniciativa, mas, na sua percepção, é crível que cerca de 90% da população atingida colabore com o projeto, realizando a varrição de suas calçadas e a destinação correta de seu resíduo domiciliar. O idealizador ainda destaca que o projeto propicia a restauração da autoestima dos moradores das comunidades atingidas, gerando, inclusive, um processo de valorização imobiliária das residências do bairro. (TV CÂMARA SÃO PAULO, 2017)

Com relação a este processo de valorização mobiliária, o Sr. Wilton Ferreira Mendes, comerciante local, afirma que muitos moradores que se mudaram do bairro, em alguns casos motivados inclusive pelos problemas com resíduos, hoje já não conseguem retornar para a comunidade Nossa Senhora Aparecida em detrimento do aumento do valor dos imóveis. (VARRE VILA, 2016)

O Sr. Ionilton acrescenta que o problema do lixo ainda é prioritário em muitas comunidades do município. Ao superar este problema, abre-se um precedente para que as comunidades que desejam enfrentar outros desafios. Hoje, superado o problema com os resíduos sólidos na comunidade Nossa Senhora Aparecida, o projeto também se voltou a questões como a requalificação das estruturas de esporte da comunidade através da reforma das duas quadras existentes. Nas palavras do Sr. Ionilton: “uma comunidade que tem atenção do poder público, também se dá a atenção devida”, demonstrando a importância do apoio do poder público, não só nos aspectos práticos, operacionalizando a coleta nas comunidades, mas também combatendo o sentimento de abandono e baixa autoestima, frequentemente enfrentado pelas comunidades. (TV CÂMARA SÃO PAULO, 2017)

Ainda a respeito da ampliação do escopo das atividades do projeto a Sra. Osana Sousa, participante do projeto informa que em comemoração aos quatro anos de projeto, foi realizado o já referido trabalho de revitalização das quadras esportivas da comunidade, localizadas em uma antiga área de descarte de resíduos. A mesma afirma que após resolução dos problemas com resíduos sólidos os mesmos começam a atacar outros problemas relativos à ocupação do espaço urbano, o aumento das áreas verdes e as áreas de lazer dos quais a comunidade carece. (VARRE VILA, 2016)

Por fim, o Sr. Ionilton reforça que a chave do projeto está na participação da população. Segundo o mesmo em algumas ruas atendidas pelo projeto, o zelo da população é tamanho que não haveria necessidade de que a equipe de varrição se realiza a limpeza, uma vez que está é realizada previamente pelos mesmos. (TV CÂMARA SÃO PAULO, 2017)

Durante o depoimento do morador Osvaldo da Silva para o vídeo comemorativo de 4 anos do projeto, podemos observar a mudança de comportamento com relação aos cuidados com o bairro. Segundo o morador, quando os vizinhos não realizam a limpeza de suas

calçadas, o morador, além de realizar a limpeza da própria, realiza a varrição da calçada do vizinho que não cooperou, para manter a conservação do espaço. (VARRE VILA, 2016)

Todas essas mudanças paradigmáticas vividas pelas comunidades atingidas pelo projeto, apontam para o poder de transformação pela educação ambiental, quando há um real envolvimento da sociedade em sua prática.

## 2.2 NOSSA VILA LIMPA

Na reportagem de Sousa (2017, p. 1) no site “32 x SP” (parceria entre a Agência Mural de Jornalismo das Periferias e a Rede Nossa São Paulo com apoio da Fundação Ford), publicado em primeiro de novembro de 2017, a moradora Níria de Jesus declara que o lixo era uma referência no local. Há dois anos a moradora e um grupo de vizinhos se uniram ao projeto Nossa Vila Limpa para tentar eliminar os pontos viciados de descarte de resíduos do Jardim Elisa Maria, localizado no distrito de Brasilândia, Prefeitura Regional da Freguesia do Ó (zona norte de São Paulo). Segundo a reportagem “ali nascia a iniciativa Nossa Vila limpa”. (SOUSA, 2017, p. 1)

Segundo a reportagem, as instituições locais e os moradores há muito tempo buscavam e cobravam soluções junto ao poder público para os problemas do bairro com relação aos resíduos. A Sr. Keli Suzana de Araújo, gerente de serviços de um centro para crianças adolescentes e outras duas líderes comunitárias, conseguiram, em palavras da reportagem, “atenção das empresas privadas que realizam a coleta de resíduos de varrição das vias do bairro, para suas demandas”. A reportagem esclarece que foi desta maneira que o educador, Ionilton Gomes Aragão, idealizador do projeto Varre Vila, foi convidado pelas empresas Logística Ambiental de São Paulo - Loga e Inova GSU - Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (responsáveis pela limpeza urbana das regiões norte, centro e oeste de São Paulo) para trazer a solução aplicada na zona Leste para zona norte. (SOUSA, 2017, p. 1)

O projeto foi então rebatizado como Nossa Vila Limpa, com as primeiras ações ocorrendo em dezembro de 2015. Em 2017 outras duas comunidades da zona norte, o Jardim Vista Alegre e a Vila Icaraí, ambos no distrito de Brasilândia (Prefeitura Regional da Freguesia do Ó) e uma na zona oeste, a Vila Nova Jaguaré (distrito Jaguaré, Prefeitura Regional da Lapa) foram alcançadas pelo Nossa Vila Limpa. (SOUSA, 2017, p. 1)

No início do projeto foram identificadas treze ruas com problemas na coleta de resíduos e foram retiradas 38 caçambas dessas localidades. Os pontos, onde antes havia as caçambas, foram revitalizados e o descarte passou a ocorrer de modo organizado por dia e horário. Para auxiliar no processo foram contratados varredores e coletores, moradores da comunidade. Existem ainda cinquenta moradores que atuam como voluntários na manutenção da limpeza de quarenta ruas, vielas e passagens da comunidade. Cada voluntário fica responsável por uma lista de vizinhos interessados em realizar a coleta seletiva e passa por suas residências para entregar os sacos adequados para coleta dos recicláveis. Semanalmente, os catadores do bairro passam nas residências para coletar o material selecionado. (SOUSA, 2017, p. 1)

Tratando dos resultados observados a coordenadora pedagógica do projeto, Adriana Almeida, acrescenta que o objetivo é que os moradores mantenham as ações inventadas pelo projeto mesmo ao fim da supervisão do mesmo. A mesma acrescenta que os moradores do bairro já se encontram sensíveis a problemática dos resíduos sólidos habituados com as novas práticas instauradas. (SOUSA, 2017, p. 1)

Tal proposição passa a ser significativa com a afirmação de Castro e Canhedo Jr. (2014, p. 469) de que através dos processos participativos é transferida sociedade uma parcela do poder decisório, bem como da responsabilidade sobre a gestão dos recursos públicos. Deste modo, qualquer trabalho de educação ambiental que se pretenda participativo, deveria estar orientado para a promoção da autogestão.

Foram constatados locais do bairro em que, sem intervenção direta do projeto, os moradores realizaram ações de revitalização do local. Após uma ação de limpeza de um ponto viciado na Rua Rosa Alboni os moradores, por iniciativa própria, reconstruíram a calçada, que havia sido danificada. Nesta mesma rua, árvores foram plantadas pelos moradores em uma praça, anteriormente sem arborização, novamente. Tais fatos constituem importante exemplo da transformação da relação dos moradores com seu entorno. Vale ressaltar com relação a metodologia do projeto que antes de promover a limpeza do ponto viciado e remover as caçambas ali existentes, reuniões com os moradores foram realizadas para decidir de que maneira a ação seria realizada, mas que as ações de restauração do passeio e de arborização não faziam parte da ação articulada pelo projeto. Assim, a eliminação do ponto viciado parece ter servido para articular e impulsionar os moradores da rua a continuar atuando em prol das melhorias necessárias. (SOUSA, 2017, p. 1)

Este “impulso” que a educação ambiental confere à comunidade em direção a autogestão encontra-se extremamente alinhado com as afirmações de Reigota (1994, p.14) que afirma que a educação ambiental, a participação e a autogestão são elementos indissociáveis de um mesmo processo de transformação da sociedade.

Por fim, é válido ressaltar que os moradores possuíram significativo papel nos direcionamentos do projeto. A Sra. Juliana Silvana em entrevista concedida ao site “32 x SP”, e apresentada pela reportagem como coordenadora do projeto, indica o que os moradores tiveram a preocupação de facilitar o acesso dos catadores de material, de modo a evitar que estes necessitassem entrar em contato com os demais resíduos para separar os recicláveis. A fala da Sra. Juliana revela que partiu de uma proposição dos moradores separar e entregar aos catadores os recicláveis, o que configura um real processo participativo.

## CONCLUSÃO

A pesquisa apresentada possui como objetivo comparar as metodologias dos projetos Varre Vila e Nossa Vila Limpa, a fim de verificar em que medida a utilização de metodologias participativas e não participativas iria afetar os resultados destes projetos. Os mesmos foram selecionados por possuírem o mesmo objetivo: eliminar os pontos viciados

de descarte irregular de resíduos nas comunidades onde eram realizados. Este objetivo comum permitiria uma comparação mais aprofundada do impacto das opções metodológicas de cada projeto, sobre os resultados alcançados pelos mesmos.

Em uma análise inicial dos materiais disponíveis sobre o Varre Vila e o Nossa Vila Limpa, ambos aparentavam possuir perfis distintos, onde o primeiro era apresentado como um projeto de iniciativa popular, fortemente calcado na participação da sociedade civil, ao passo que o segundo havia sido proposto às comunidades atendidas pelo poder público em parceria com a Empresa Inova, havendo pouca clareza sobre a existência ou não de participação da população no projeto. Contudo, após uma análise mais aprofundada notou-se que ambos os projetos utilizam a mesma metodologia, na qual os moradores das comunidades atendidas possuíam forte participação no processo decisório quanto aos rumos do projeto.

Tal diretriz metodológica foi criada no âmbito do projeto Varre Vila dada a percepção de seus idealizadores de que para ser efetivo a comunidade deveria participar da construção do projeto. Tal diretriz foi testada quando o Varre Vila foi ampliado com êxito para outras comunidades da zona leste de São Paulo por meio da parceria com a prefeitura de São Paulo e a Empresa Soma.

Quando a comunidade do Jardim Elisa Maria buscou o auxílio do poder público para solucionar os problemas relativos aos pontos viciados de descarte de resíduos da região, a prefeitura agora em parceria com a empresa Inova, utilizaram a bem-sucedida experiência com o Varre Vila para criar o projeto Nossa Vila Limpa, utilizando a mesma metodologia do projeto anterior. As diferenças existentes entre as ações promovidas em cada comunidade atendida por um projeto ou por outro, fazem parte desta estratégia de adaptação do projeto a realidade local, a partir da participação da comunidade no processo decisório. Obviamente, muitas das estratégias bem-sucedidas em uma comunidade são aproveitadas pela próxima a ser contemplada pelo projeto, porém, cada comunidade, em um projeto ou outro, tem a possibilidade de propor a realização de ações voltadas especificamente a sua realidade local.

Verificamos que através da criação do Varre Vila, os moradores da Comunidade Nossa Senhora Aparecida criaram uma metodologia de projeto que, pautada na educação ambiental e na participação, foi capaz de oferecer uma solução para o problema dos pontos viciados de descarte de resíduos, replicada com sucesso em diversas comunidades da Cidade de São Paulo. O poder público municipal e suas empresas contratadas que, até então, não possuíam soluções efetivas para o problema absorveram esta estratégia, demonstrando que tal comunidade foi capaz não só de reorganizar o comportamento de seus membros, como também o dos agentes do poder público e privado envolvidos nessa problemática.

O estudo destes projetos deixa claro que o êxito alcançado por ambos os projetos na eliminação dos pontos viciados das comunidades atendidas (ainda que não integralmente em alguma delas) só foi possível graças ao respeito a este elemento fundamental da meto-



dologia criada no Varre Vila: a participação. A través da participação não só se fomentou a adesão da população aos projetos, como se evitou a realização de ações descoladas da realidade local, o que ocorre frequentemente em projetos de educação ambiental de caráter “impositivo”. Podemos concluir que qualquer projeto de educação ambiental que pretenda impulsionar um efetivo processo de transformação da realidade não pode se furtar de abrir espaço a participação popular, para que os indivíduos e grupos envolvidos possam traçar por si mesmos os caminhos que os levarão a construção de um ambiente mais sadio e equilibrado que lhes ofereça condições de vida digna, diante de realidade do local onde estão inseridos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Lei nº. 9.795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, n. 79, 28 abr. 1999.

CASCINO, Fabio. **Educação ambiental: princípios, história, formação de professores**. São Paulo: SENAC, 1999.

CASTRO, M. L.; CANHEDO JR., S. G. Educação Ambiental como Instrumento de Participação. In:

\_\_\_\_\_. PELICIONI, M. C. F.; PHILIPPI JR., A. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2014. p. 465-475.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. 9ª Edição. São Paulo, SP: Gaia, 2004.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. Cortez, São Paulo, 1994.

SÃO PAULO, Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/servicos/arquivos/PGIRS-014.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2018.

SOUSA, G. Pontos viciados de lixo estão virando sessões de cinema na Brasilândia. 32XSP, São Paulo, nov. 2017. Disponível em: <<http://32xsp.org.br/2017/11/01/no-jardim-elisa-maria-pontos-viciados-de-lixo-estao-virando-sessoes-de-cinema-itinerantes/>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

TV CÂMARA SÃO PAULO. Personagem SP: Ionilton Gomes Aragão. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IHJdnMSXvVI&t=16s>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

VARRE VILA. Atuação. Varre Vila, 2018. Disponível em: <<http://varrevila.com.br/sobre/atuacao/>>. Acesso em 03 mai. 2018.

VARRE VILA. Varre Vila 4 anos. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2-htloGKtDg>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

**Recebido em: 14/06/2018**

**Aceito em: 20/06/2018**